# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

## PLANO DE PORMENOR DA SALMOURA | SETÚBAL

## RESUMO NÃO TÉCNICO

Fase 2 | Resumo Não Técnico para Consulta Pública

**JUNHO 2020**

(página propositadamente deixada em branco)

# FICHA TÉCNICA

**Equipa Técnica:**

Ana Cristina Santos | Engenheira do Ambiente
Susana Morais | Arquiteta Paisagista

(***O presente documento constitui o Relatório Não Técnico do Relatório Ambiental para consulta pública, pós-consulta institucional da Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Plano de Pormenor da Salmoura***)

(O texto obedece às normas do Acordo Ortográfico)

(página propositadamente deixada em branco)

# ÍNDICE

1. Introdução ..... 7
2. Objeto de Avaliação: o que se avaliou? ..... 8
3. Objetivo e Metodologia: como se avaliou? ..... 13
4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e os Critérios de Avaliação ..... 14
5. Análise e Avaliação do Modelo Territorial por FCD ..... 17
   5.1. Principais Tendências ..... 17
   5.2. Principais Oportunidades e Riscos decorrentes da proposta de PP da Salmoura ..... 20
6. Medidas de Planeamento e Gestão ..... 23
7. Indicadores de Monitorização ..... 26
8. Conclusão sobre o Desempenho Ambiental e Sustentabilidade da proposta de PP da Salmoura ..... 27

# ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos estratégicos e linhas de desenvolvimento do PP da Salmoura. ..... 10
Quadro 2 – Critérios de avaliação por FCD proposto na AAE. ..... 16
Quadro 3 – Diretrizes para seguimento para o FCD1 – Sistema Urbano e Territorial. ..... 23
Quadro 4 – Diretrizes para seguimento para o FCD2 – Riscos Naturais e Tecnológicos. ..... 24
Quadro 3 – Diretrizes para seguimento para o FCD3 – Desenvolvimento Socioeconómico. ..... 25

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da área de intervenção do PP da Salmoura (s/escala). ..... 9
Figura 2 – Síntese da metodologia seguida na Avaliação Ambiental da proposta de revisão do PP da Salmoura. ..... 13

# SIGLAS

| | |
|---|---|
| **AAE** | Avaliação Ambiental Estratégica |
| **APA** | Agência Portuguesa do Ambiente |
| **AUGI** | Área Urbana de Génese Ilegal |
| **CMS** | Câmara Municipal de Setúbal |
| **DA** | Declaração Ambiental |
| **DL** | Decreto-Lei |
| **ERAE** | Entidade com Responsabilidades Ambientais Específicas |
| **FCD** | Fatores Críticos para a Decisão |
| **IGT** | Instrumento de Gestão Territorial |
| **LD** | Linha de Desenvolvimento |
| **NUT** | Nomenclatura da Unidade Territorial para Fins Estatísticos |
| **OE** | Objetivo Estratégico |
| **PDM** | Plano Diretor Municipal |
| **PDM S** | Plano Diretor Municipal de Setúbal |
| **PMOT** | Plano Municipal de Ordenamento do Território |
| **PP** | Plano de Pormenor |
| **QA** | Questões Ambientais |
| **QAS** | Questões Ambientais e de Sustentabilidade |
| **QE** | Questões Estratégicas |
| **QRE** | Quadro de Referência Estratégico |
| **RA** | Relatório Ambiental |
| **RAN** | Reserva Agrícola Nacional |
| **RCM** | Resolução de Conselho de Ministros |
| **RDA** | Relatório de Definição do Âmbito |
| **REN** | Rede Ecológica Nacional |
| **RFCD** | Relatório de Fatores Críticos para a Decisão |
| **RJIGT** | Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial |
| **RNT** | Resumo Não Técnico |
| **RSU** | Resíduos Sólidos Urbanos |
| **SWOT** | *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*. |

# 1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) pós-consulta institucional da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Proposta de Plano de Pormenor da Salmoura (PP da Salmoura).

A proposta do PP da Salmoura encontra-se sujeita a um processo de AAE de acordo com a legislação em vigor[1].

A Câmara Municipal de Setúbal (CMS) é legalmente responsável pela elaboração da AAE, pela definição do seu âmbito e pela produção da Declaração Ambiental que é entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) após aprovação do plano.

A Avaliação Ambiental Estratégica tem como objetivo apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, ao identificar, descrever e avaliar os seus efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que esse plano ou programa apresenta para um desenvolvimento sustentável. O objetivo da Avaliação Ambiental Estratégica consiste em apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, através da identificação, descrição e avaliação dos efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que esse plano ou programa apresenta para um desenvolvimento sustentável. Para isso foram identificados um conjunto de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que ajudaram a estudar e analisar os temas que são mais importantes e relevantes para o Plano em termos de ambiente e sustentabilidade. A Avaliação Ambiental Estratégica avaliou as opções estratégicas e as propostas de modelo territorial desenvolvidos no âmbito do Plano de Pormenor da Salmoura usando esses Fatores Críticos para a Decisão.

Como resultado da avaliação, a Avaliação Ambiental Estratégica propôs diretrizes para apoiar a implementação do Plano de Pormenor da Salmoura. No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Salmoura foi apresentado na 1ª Fase, juntamente com o Relatório de Caracterização e Diagnóstico (Câmara Municipal de Setúbal, julho de 2015), o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, datado de maio de 2015, onde foram identificados os Fatores Críticos para a Decisão e respetivos critérios de avaliação. A definição de âmbito foi alvo de consulta por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE´s).
No decurso dos trabalhos de revisão do Plano, nomeadamente na Fase 2 do Plano de Pormenor da Salmoura, os objetivos estratégicos propostos e respetivas linhas de desenvolvimento sofreram pequenos

[1] Visando dar cumprimento ao estipulado no Artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio e ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).

ajustes e desenvolvimento, de forma a tornar mais claro o intuito da proposta do PP. No entanto, a estratégia inicialmente estabelecida para o Plano manteve-se inalterada.

Assim, constituindo a Avaliação Ambiental Estratégica um instrumento dinâmico e adaptável ao processo em curso, foram revistos os Fatores Críticos de Decisão inicialmente estabelecidos e respetivos critérios de avaliação, de forma a ir ao encontro das pequenas alterações realizados na 2ª Fase do Plano. Em maio de 2018 é apresentado o Relatório Ambiental Preliminar às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas.

Posteriormente, em junho de 2020, foi apresentado o Relatório Ambiental, refletindo todas alterações entretanto efetuadas no Plano, bem como as recomendações provenientes das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas para ser submetido à Consulta Pública.

O presente Resumo Não Técnico (RNT) acompanha o Relatório Ambiental pós-consulta institucional da Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Plano de Pormenor da Salmoura. O Resumo Não Técnico apresenta de uma forma acessível e sintética os objetivos, metodologia e principais resultados da avaliação ambiental da proposta de Plano de Pormenor da Salmoura.

Pretende-se que os resultados finais da Avaliação Ambiental Estratégica constituam uma constatação do esforço de integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento, com vista à produção da versão final do Plano de Pormenor da Salmoura, salientando-se o papel de facilitador que a Avaliação Ambiental Estratégica desempenhou neste processo através do alerta para situações de risco e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.

# 2. Objeto de Avaliação: o que se avaliou?

A área de intervenção do "Plano de Pormenor da Salmoura" com cerca de 148ha localiza-se na zona poente do concelho de Setúbal no território da União das Freguesias de Azeitão no limite do concelho de Setúbal com o concelho de Palmela, zona industrial de Vila Amélia com a qual possui uma relação funcional próxima. Em termos administrativos insere-se na região de Lisboa (NUT II) e na sub-região Península de Setúbal (NUT III) (Figura 1).

É delimitada a norte pela Rua de S. Gonçalo e pela Rua Barqueiros de Coina, a nascente pela Estrada Vila Amélia, a poente pela Rua dos Pinheiros e a Sul pela Rua das Quintas e por uma faixa paralela à rua da Salmoura da qual dista cerca de 150 metros.

O território caracteriza-se pela coexistência de funções habitacionais, equipamentos industriais e agrícolas (nas áreas mais marginais à ocupação mais urbana). Salienta-se a falta de infraestruturação deste território e a existência de uma rede viária desarticulada, sem arruamentos consistentes nem estruturação definida.

A estrutura fundiária é caracterizada por parcelas de grandes dimensões (332 parcelas) que correspondem às atividades industriais e parcelas de menores dimensões (na sua maioria com cerca de 5.000m$^2$) ocupadas por habitação e alguns equipamentos sociais de índole privada. Salienta-se a falta de infraestruturação deste território e a desarticulação da rede viária, sem arruamentos consistentes nem hierarquização definida.

As unidades industriais instaladas e os equipamentos sociais existentes na área de intervenção e que se destacam são: a REFRIGE – Sociedade Industrial de Refrigerantes S.A/COCA-COLA (com 200 postos de trabalho), a Metalúrgica Central de Alhos Vedros Lda. e o Externato Rumo ao Sucesso.

No que respeita à rede viária, a área de intervenção liga-se à rede de Distribuidoras Principais, através da EN379 (da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal), da Estrada Vila Amélia e da Av. Moçambique (ambas de responsabilidade municipal). Estas duas vias apresentam uma procura de tráfego significativa, uma vez que ligam a área do PP e a Zona Industrial de Vila Amélia (no concelho de Palmela) à A2, servindo ainda de Variante à EN10 para as deslocações da EN379 a este de Vila Fresca de Azeitão.

**Figura 1** - Localização da área de intervenção do PP da Salmoura (s/escala).

Fonte: ARQUISOMA, julho 2015.

Relativamente ao uso do solo atual, verifica-se que 10,37% da área está afeta a usos do edificado (implantação dos edifícios) e 89,63% a espaços exteriores. Os espaços edificados totalizam 153.534,99m$^2$, registando-se a presença de áreas habitacionais (22,73%), anexos e outros usos (33,49%), áreas

industriais (39,29%), áreas de equipamentos sociais de exploração privada (4,17%) e áreas de serviços (0,32%). Os espaços exteriores integram piscinas, espaços verdes privados, espaços agrícolas e florestais privados, incultos/pousio ou cobertos agrícolas e florestais não diferenciados, arruamentos/acessos e áreas total ou parcialmente impermeabilizadas.

A situação das parcelas corresponde a 81 parcelas (24,40%) com processo de licenciamento e licenças emitidas, 48 parcelas (14,46%) com processo de licenciamento e algumas construções sem licenças emitidas, 62 parcelas (18,67%) com construções sem licenças emitidas e sem processo de licenciamento, 8 parcelas (26,51%) sem construção. Uma pequena franja a sul (parcelas 145 a 156) está integrada na AUGI 27.

Em termos de estacionamento a área não apresenta lugares reservados, sendo que os condutores estacionam desordenadamente e informalmente para acederem às residências e empresas.

A estratégia da proposta do PP da Salmoura constitui o objeto de avaliação do presente Relatório Ambiental (RA). Essa estratégia, consubstanciada nos objetivos estratégicos e no modelo territorial que os concretiza, constitui, assim, o objeto de avaliação da AAE. Os Objetivos Estratégicos (OE) e as Linhas de Desenvolvimento (LD) do PP estão sintetizados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Objetivos estratégicos e linhas de desenvolvimento do PP da Salmoura.

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | LINHAS DE DESENVOLVIMENTO |
|---|---|
| **Objetivo Estratégico 1 - Sistema Ambiental**<br>Promover a qualidade ambiental, minimizando riscos e valorizando a paisagem urbana e o património natural através da criação de uma estrutura verde de articulação e equilíbrio ambiental, que integre a estrutura ecológica municipal. | **LD 1.1. Avaliar as Áreas Classificadas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Sua Compatibilização com os Usos do Solo Previstos**<br>Identificar os solos a proteger e avaliar a viabilidade das áreas existentes, nomeadamente, as classificadas na Reserva Agrícola Nacional, e sua compatibilização com os usos do solo previstos. |
| | **LD 1.2. Avaliar as Áreas Classificadas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Sua Compatibilização com os Usos** do **Solo Previstos**<br>Identificar as áreas classificadas na Reserva Ecológica Nacional, e avaliar a sua compatibilização com os usos do solo previstos. |
| | **LD 1.3. Proteger os Recursos Hídricos**<br>Proteger os recursos hídricos, eliminando as principais fontes de poluição da água e assegurando baixos índices de impermeabilização do solo. |
| | **LD 1.4. Avaliar as Fontes de Poluição e os Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos**<br>Avaliar as fontes de poluição e os riscos naturais (nomeadamente, incêndios florestais, cheias e inundações, contaminação de aquíferos e sismicidade), mistos e tecnológicos, tendo em vista a sua minimização. |
| | **LD 1.5. Proteger as Áreas Sensíveis ao Ruído**<br>Proteger as áreas sensíveis ao ruído de acordo com o Mapa de Ruído. |
| | **LD 1.6. Avaliar o Património Natural - Flora, Vegetação e Fauna - e a Sua Compatibilização com os Usos do Solo Previstos**<br>Identificar o património natural a proteger - flora, vegetação e fauna - e avaliar a sua compatibilização com os usos do solo previstos. |
| | **LD 1.7. Valorizar a Paisagem Urbana**<br>Valorizar a paisagem urbana através da criação de uma estrutura verde de articulação e equilíbrio ambiental, que integre a estrutura ecológica municipal. |

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | LINHAS DE DESENVOLVIMENTO |
|---|---|
| **Objetivo Estratégico 2 - Sistema Económico**<br>Consolidar os espaços de acolhimento das atividades económicas enquanto condição fundamental da sustentabilidade da economia local, garantindo a possibilidade de ampliação de instalações industriais atualmente existentes. | **LD 2.1. Garantir a Ampliação da Instalação Industrial da REFRIGE**<br>Garantir a possibilidade de ampliação da instalação industrial da REFRIGE - Sociedade Industrial de Refrigerantes, SA / COCACOLA. |
| | **LD 2.2. Garantir a Ampliação da Instalação Industrial da METALÚRGICA CENTRAL DE ALHOS VEDROS**<br>Garantir a possibilidade de ampliação da instalação industrial da METALÚRGICA CENTRAL DE ALHOS VEDROS, LDA. |
| | **LD 2.3. Garantir a Ampliação da Instalação Industrial da FRANCISCONDE**<br>Garantir a possibilidade de ampliação da instalação industrial da FRANCISCONDE, LDA. |
| **Objetivo Estratégico 3 - Sistema Sociocultural**<br>Consolidar os equipamentos sociais privados, garantindo as condições necessárias à manutenção e melhoria dos serviços prestados, viabilizar a necessidade de instalação futura de novos equipamentos, identificar o património cultural a proteger e criar espaços públicos. | **LD 3.1. Garantir a Ampliação do Estabelecimento de Ensino Especial "Externato Rumo ao Sucesso" e da Residência Geriátrica "O Conforto dos Avós"**<br>Garantir a Ampliação do Estabelecimento de Ensino Especial "Externato Rumo ao Sucesso" e da Residência Geriátrica "O Conforto dos Avós", criando as condições necessárias à manutenção e melhoria dos serviços prestados. |
| | **LD 3.2. Viabilizar a Necessidade de Instalação de Novos Equipamentos**<br>Avaliar as carências atuais relacionadas com a rede de equipamentos coletivos em articulação com a programação de nível concelhio e viabilizar a instalação futura de novos equipamentos. |
| | **LD 3.3. Avaliar o Património Cultural e Salvaguardar os Valores do Património Arqueológico**<br>Avaliar o património cultural, ou pontos de interesse isolados, e salvaguardar valores potenciais do património arqueológico. |
| | **LD 3.4. Criar Espaços Públicos Incentivadores da Sociabilização e Vivência Urbana**<br>Criar espaços públicos incentivadores da sociabilização e vivência urbana, nomeadamente, áreas verdes de estadia e lazer que integrem equipamentos de recreio, estabelecimentos de restauração / bebidas e pequeno comércio de proximidade. |
| **Objetivo Estratégico 4 - Sistema Urbano**<br>Promover a qualidade urbana e a qualificação do solo, consolidando o padrão de ocupação dominantemente habitacional, melhorando o espaço público de suporte aos sistemas de mobilidade, e as infraestruturas básicas, através de soluções de baixo impacte ambiental. | **LD 4.1. Qualificar o Tecido Urbano Existente**<br>Qualificar o tecido urbano existente, de acordo com as categorias estabelecidas na legislação em vigor para o solo urbano, assegurando a pluriatividade, e a adequada compatibilização funcional entre os diferentes usos do solo. |
| | **LD 4.2. Consolidar e Qualificar o Padrão de Ocupação Dominantemente Habitacional, nomeadamente, o de Baixa Densidade**<br>Consolidar e qualificar o padrão de ocupação dominantemente habitacional, nomeadamente o de baixa densidade, contendo as áreas de edificação dispersa, mantendo os espaços propiciadores da pequena agricultura de subsistência e disciplinando a construção de muros e vedações. |
| | **LD 4.3. Regularizar a Situação das Parcelas Sem Autorizações de Utilização Emitidas**<br>Regularizar a situação das parcelas com ocupação urbana e sem autorizações de utilização emitidas (parcelas com ocupação urbana sem processos de licenciamento, sem os processos de licenciamento concluídos ou com processos em licenciamento). |
| | **LD 4.4. Hierarquizar a Rede Viária**<br>Hierarquizar a rede viária existente, assegurando a conexão com o sistema de acessibilidades existente e previsto no contexto do território circundante. |
| | **4.5. Qualificar a Rede Viária**<br>Qualificar a rede viária enquanto espaço público propiciador de uma maior vivência urbana, garantindo a circulação e o estacionamento em condições de segurança.<br>**4.5.1.** – Definir o Sistema de Circulação e os Perfis das Vias<br>**4.5.2.** – Reformular o Cruzamento da Rua de S. Gonçalo com a Rua Brejos de Camarate<br>**4.5.3.** – Pavimentar as vias<br>**4.5.4.** – Definir os Espaços de Estacionamento<br>**4.5.5.** – Criar Espaços Pedonais e Cicláveis/Mobilidade Suave |

| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | LINHAS DE DESENVOLVIMENTO |
|---|---|
| | **4.5.6.** – Introduzir Sinalização Rodoviária (vertical e horizontal) |
| | **4.6. Melhorar o Desempenho da Rede Viária / Níveis de Serviço**<br>Melhorar o desempenho da rede viária, nomeadamente, os níveis de serviço relacionados com as condições de circulação. |
| | **4.7. Melhorar os Transportes Públicos**<br>Melhorar os Transportes Públicos, através da extensão dos serviços de Linhas Alimentadoras (LA) em autocarro da linha ferroviária da FERTAGUS à área de intervenção do Plano. |
| | **4.8. Melhorar o Sistema de Infraestruturas Básicas**<br>Melhorar o sistema de infraestruturas básicas, promovendo a infraestruturação das áreas que ainda não se encontram servidas.<br>**4.8.1.** – Rede de Abastecimento de Água<br>**4.8.2.** – Rede de águas Residuais Domésticas<br>**4.8.3.** – Rede de Águas Residuais Pluviais<br>**4.8.4.** – Rede de Recolha de Resíduos Sólidos<br>**4.8.5.** – Rede de Gás<br>**4.8.6.** – Redes Elétricas – Média Tensão/Baixa Tensão/Iluminação Pública<br>**4.8.7.** Infraestruturas de Telecomunicações |

# 3. Objetivo e Metodologia: como se avaliou?

O objetivo da AAE é avaliar de que forma os objetivos estratégicos e respetivas linhas de desenvolvimento da proposta de PP da Salmoura respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos da área de intervenção, e quais os riscos e oportunidades que poderão originar no futuro.

A metodologia para a AAE da proposta de PP da Salmoura visa cumprir o disposto no Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), assim como contempla as orientações do Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, 2012), com o intuito de integrar considerações de sustentabilidade nas decisões de longo prazo, na proposta de PP da Salmoura e também validar estas recomendações através da consulta pública e institucional. Esta abordagem é focada em prioritários Fatores Críticos de Decisão (FCD), temas estrategicamente críticos que, ajudam a analisar os temas que são mais importantes e relevantes para o Plano, em termos de ambiente e sustentabilidade.

A metodologia seguida na AAE da proposta de PP da Salmoura teve três fases principais, representadas sinteticamente na Figura 2:

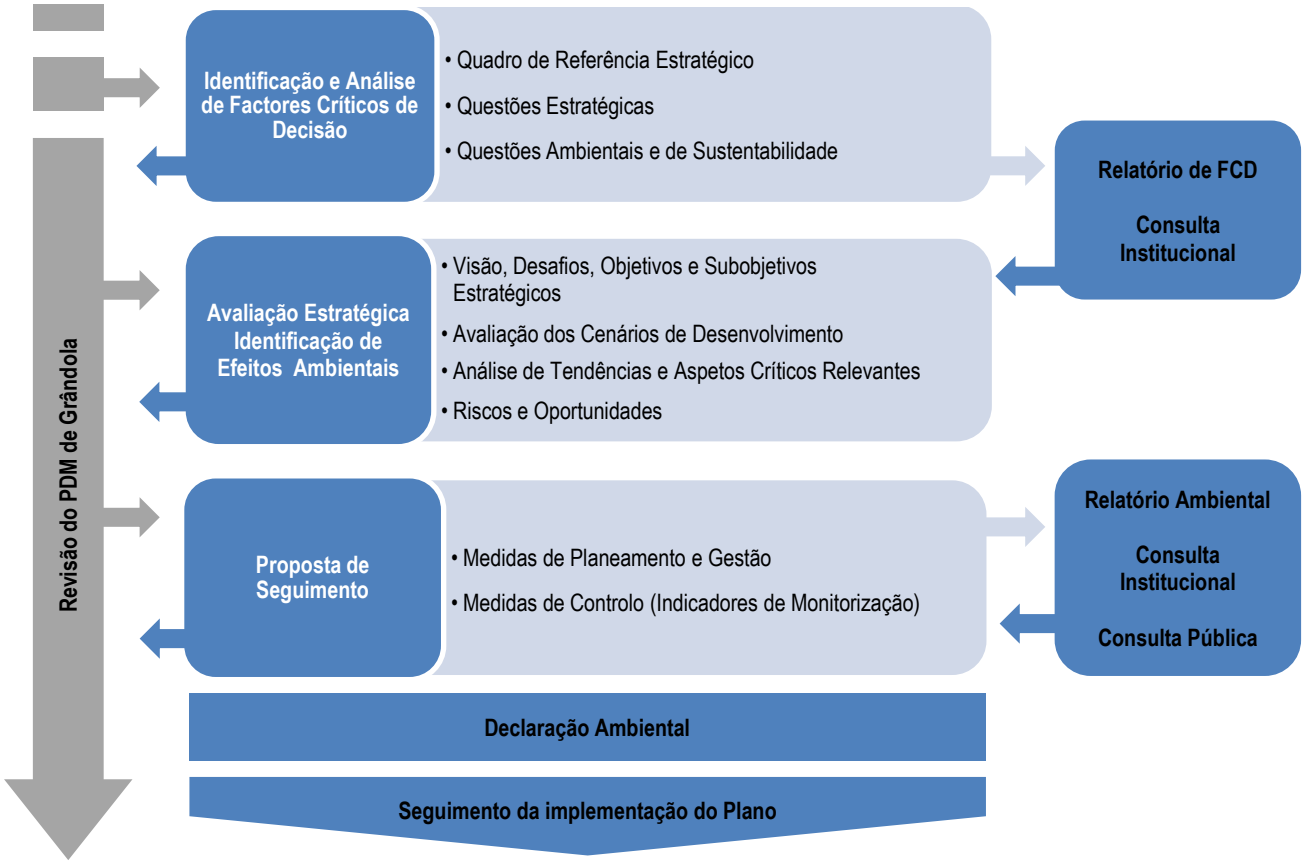


**Figura 2** – Síntese da metodologia seguida na Avaliação Ambiental da proposta de revisão do PP da Salmoura.

A Fase 1 da AAE, traduziu-se na Definição de Âmbito, onde foi realizada a focagem da AAE, através da identificação dos Fatores Críticos de Decisão (FCD), que constituíram os principais pontos de análise da AAE, uma vez que identificam os temas estratégicos críticos na área de intervenção que podem refletir o maior ou menor sucesso do PP da Salmoura.

Na Fase 2, onde se procedeu à elaboração do Relatório Ambiental, no qual se efetuou a avaliação dos objetivos estratégicos e linhas de desenvolvimento propostos, bem como a avaliação do modelo territorial, ou seja, a expressão das estratégias no modelo territorial, tendo em conta as normas orientadoras gerais, por critério de avaliação, onde se procurou avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade decorrentes das propostas territoriais do modelo.

Na Fase 3, após a aprovação do plano é emitida uma Declaração Ambiental (DA), documento público onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no plano, as recomendações da avaliação, as medidas de monitorização a implementar, e os contributos das consultas institucional e pública. Findo este processo e emitida a DA, inicia-se, por parte da entidade promotora do PP, a fase de seguimento, que corresponde à avaliação e controlo da implementação do Plano.

No decurso dos trabalhos de revisão do Plano, nomeadamente na Fase 2 do PP da Salmoura, os objetivos estratégicos propostos e respetivas linhas de desenvolvimento sofreram pequenos ajustes e desenvolvimento, de forma a tornar mais claro o intuito da proposta do PP. No entanto, a estratégia inicialmente estabelecida para o Plano manteve-se inalterada.

Assim, constituindo a AAE um instrumento dinâmico e adaptável ao processo em curso, foram revistos os FCD inicialmente estabelecidos e respetivos critérios de avaliação, de forma a ir ao encontro das pequenas alterações realizados na Fase 2 do Plano.

# 4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e os Critérios de Avaliação

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) adotados foram considerados decisivos para o desenvolvimento da análise e no processo de decisão estratégico. Para cada FCD e critério(s) de avaliação foram definidos indicadores que permitiram concretizar a avaliação estratégica da proposta de PP da Salmoura.
Apresentam-se seguidamente os três FCD identificados e respetivos critérios de avaliação, assim como a justificação da sua pertinência na AAE:

- **FCD1 - SISTEMA URBANO E TERRITORIAL**

  - Avalia o contributo do Plano para o reforço da coesão territorial, através da reestruturação do tecido urbano e compatibilização funcional, a contenção das áreas de edificação dispersa, a consolidação de um sistema de acessibilidades e oferta de estacionamento ajustado às necessidades e de infraestruturas.

  - Avalia também de que forma o Plano contribui para melhorar a cobertura e eficiência das infraestruturas básicas, numa ótica de coesão social e qualidade do ambiente urbano.

  - Avalia qual o contributo do Plano para a qualificação do espaço público, bem como para a qualificação global da imagem local.

- **FCD2 – EQUILÍBRIO AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS**

  - Avalia de que forma as propostas garantem a salvaguarda e valorização dos espaços de maior valor natural na área de intervenção do Plano e envolvente próxima.

  - Afere os efeitos na qualidade do ambiente nomeadamente, no que se refere ao ambiente sonoro, qualidade do ar e da água e ao uso racional de recursos naturais.

  - Avalia ainda a forma como o Plano contribui para a prevenção e minimização de eventuais riscos naturais e tecnológicos na área de intervenção e consequente garantia da segurança das pessoas, bens e ambiente.

- **FCD3 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO**:

  - Avalia o modo como as intervenções propostas, contribuem para o desenvolvimento das atividades económicas, promovendo a competitividade e sustentabilidade do tecido económico local, a criação de emprego e o aumento da qualidade de vida das populações;

  - Avalia também o contributo das propostas do Plano para a equidade no acesso a equipamentos coletivos, incluindo estabelecimentos de ensino (ensino especial privado existente) e a qualificação da oferta dos serviços prestados, numa ótica de coesão social;

  - Avaliar o contributo do Plano para a valorização da identidade cultural local.

**Quadro 2** – Critérios de avaliação por FCD proposto na AAE.

| FCD1 – Sistema Urbano e Territorial | |
|---|---|
| **Critérios de Avaliação** | **Objetivo** |
| **Reestruturação urbana e conflitos de usos do solo** | - Avaliar o nível de fragmentação e descaracterização do território resultante da dispersão da malha urbana no interior da área de intervenção do Plano.<br>- Analisar a existência de conflitos e competição entre usos rurais e urbanos do solo, nos quais se incluem os induzidos por espaços industriais.<br>- Avaliar a salvaguarda e valorização de uma matriz de ocupação mista (urbana/rural). |
| **Consolidação do sistema de acessibilidade** | - Avaliar o sistema de acessibilidade e conexão com a envolvente, bem como a oferta de estacionamento, de acordo com as necessidades, na área de intervenção do Plano. |
| **Criação de sistemas de infraestruturas básicas** | - Analisar a melhoria da qualidade ambiental urbana, em termos de cobertura e eficiência das infraestruturas básicas na área de intervenção do Plano. |
| **Qualificação do espaço público** | - Avaliar a valorização do espaço público de recreio e lazer e circuitos pedonais e cicláveis de ligação entre os elementos urbanos estruturantes e a área envolvente, promovendo a qualificação da vivência urbana. |
| **FCD2 – Equilíbrio Ambiental e Riscos Naturais e Tecnológicos** | |
| **Critérios de Avaliação** | **Objetivo** |
| **Estrutura ecológica e valorização de áreas naturais** | - Avaliar evolução das áreas naturais, com as propostas do Plano e a manutenção da salvaguarda dos corredores ecológicos, nomeadamente a existência de elementos agressores da integridade destes espaços de reconhecido interesse valor ecológico.<br>- Avaliar a conectividade entre os espaços naturais e a sua continuidade com o exterior da área de intervenção do Plano.<br>- Avaliar o aproveitamento do património natural da área de intervenção para funções ecológicas, de fruição e lazer e de valorização económica, numa ótica de serviços dos ecossistemas. |
| **Qualidade ambiental** | - Avaliar as questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente, nomeadamente ao nível de qualidade da água, qualidade do ar, gestão de resíduos, fontes de poluição e ruído e racionalização do consumo de recursos naturais. |
| **Riscos naturais e tecnológicos** | - Avaliar as situações decorrentes do agravamento da exposição e vulnerabilidade das populações aos fenómenos de riscos naturais, potenciado pelo atual cenário de alterações climáticas e dos riscos tecnológicos, que possam ter influência direta na proteção de pessoas, estruturas sociais, bens materiais e ambiente. |
| **FCD3 – Desenvolvimento Socioeconómico** | |
| **Critérios de Avaliação** | **Objetivo** |
| **Desenvolvimento das atividades económicas** | - Avaliar a contribuição das propostas do Plano para o desenvolvimento e reforço das atividades económicas, promovendo a competitividade e a sustentabilidade do tecido económico local e a criação de emprego. |
| **Qualidade de vida da população** | - Avaliar a contribuição das propostas do Plano que visem garantir a equidade no acesso a equipamentos coletivos, numa ótica de aumento da qualidade de vida da população. |

# 5. Análise e Avaliação do Modelo Territorial por FCD

## 5.1. Principais Tendências

As **principais tendências**, por FCD, identificados na área de intervenção do Plano, são:

**FCD1 – Sistema Urbano e Territorial**

- Presença de uma matriz de ocupação mista (urbana/rural) propiciadora da pluriatividade;
- Génese dispersa e de pouca densidade habitacional na área de estudo, com inúmeros espaços intersticiais, sem ordenamento do uso do solo, bem como ausência de regras de implantação dos edifícios no interior das parcelas e uma diversidade da linguagem arquitetónica dos mesmos;
- Crescimento de "loteamentos encapotados", nos espaços rurais, para usos residenciais e industriais, tendo-se expandido, de forma descontrolada;
- Existência de parcelas com ocupação urbana e sem autorizações de utilização emitidas;
- Uma pequena franja a sul (parcelas 145 a 156) está integrada na Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) 27;
- Rede desarticulada, sem arruamentos consistentes nem estruturação e hierarquia definida;
- Estradas não asfaltadas, sem bermas/passeios colocando em risco a segurança das pessoas, bem como carência de estacionamento;
- Melhoramentos nas vias propostos no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal;
- A rede de distribuição de água na área a requalificar apresenta uma cobertura de cerca de 90%, apresentado um suficiente nível de atendimento, nas condições atuais e com boas condições de abastecimento;
- Existência de poços de captação para o abastecimento dos sistemas de rega e piscinas, em alguns lotes;
- A empresa REFRIGE possui captações e tratamentos próprios, para além do abastecimento pela Águas do Sado;
- O sistema de drenagem existente é do tipo separativo;
- Existência de disfunções ambientais resultantes da existência de fossas séticas e consequentemente baixos níveis de atendimento das populações no que se refere à drenagem e tratamento de água residuais;
- Não existem qualquer infraestrutura de rede de drenagem pluvial, nem na área de intervenção do Plano, nem na sua envolvente;
- Inexistência de pontos de recolha seletiva (ecopontos) no interior da área de intervenção;

- Ausência de espaços públicos propiciadores da qualificação da vivência urbana local, mantendo-se apenas zonas verdes e áreas arborizadas, no interior das parcelas.

**FCD2 – Equilíbrio Ambiental e Riscos Naturais e Tecnológicos**

- Solo classificado como Reserva Agrícola Nacional (RAN) na área de intervenção do Plano, que ocupa uma área com cerca de 12,47 ha (8,51% da área de intervenção do Plano);
- As Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos (AEPRA), delimitadas no âmbito da Reserva Ecológica (REN) Bruta, na revisão do PDM, abrangem uma área muito significativa (86,66 ha) da área de intervenção do Plano, correspondendo a 59,16% da sua área total (146,49 ha);
- No entanto, a AEPRA abrangida pela área de intervenção do Plano encontra-se atualmente completamente urbanizada (Áreas urbanas de muito baixa densidade e Áreas industriais de grande dimensão);
- Degradação dos espaços naturais existentes, devido à pressão humana e ocupação dispersa, bem como o isolamento e consequentemente desaparecimento dos habitats naturais, pela criação de barreiras geográficas (indústrias e vias rápidas) e surgimento de desequilíbrios sobre os sistemas naturais (ex.: alastramento de espécies invasoras exóticas);
- Biocenoses apresentam um valor muito baixo para a conservação das espécies, quer do ponto de vista botânico, quer do ponto de vista biológico;
- As áreas de hortas, pomares e jardins ocupam cerca de 60% da área do plano, estando maioritariamente incluídas em propriedades privadas.
- Destaca-se o tráfego rodoviário como sendo a principal fonte de ruído da área em análise;
- O Índice da Qualidade do Ar classificado como “Bom” para o concelho de Setúbal, em 2018;
- Existência de alguns depósitos ilegais, dispersos no solo;
- Insuficiente sistema de drenagem de águas residuais domésticas, sendo que a maioria das habitações unifamiliares recorre à utilização de fossas sépticas, pondo em causa a proteção do solo e água, com repercussões ao nível da sua qualidade;
- Áreas classificadas com suscetibilidade sísmica muito elevada e com solos com potencial de liquefação;
- Áreas com vulnerabilidade elevada à contaminação de aquíferos, sendo que existe coincidência entre focos de contaminação potencial por áreas servidas por fossas sépticas e área estratégica de proteção e recarga de aquíferos (REN Bruta, no âmbito da revisão PDM de Setúbal);
- Problemas graves em termos de vulnerabilidade de degradação e contaminação de aquíferos, aliado ao insuficiente sistema de drenagem existente com o recurso a fossas sépticas, pela crescente alteração do coberto vegetal e construção dispersa em zonas sensíveis;

- Os riscos tecnológicos são pouco significativos.

**FCD3 – Desenvolvimento Socioeconómico**

- Assume-se um cenário intermédio, onde os ritmos de crescimento populacional na área do PP serão mais moderados (+ 50%) do que os registados no último período intercensitário 2001-2011 (+ 91,7%). Assim, estima-se o seguinte qualitativo populacional para o ano horizonte do plano (2035): 727 indivíduos residentes e 727 indivíduos presentes sazonais;
- Situação geográfica da área de intervenção favorável para o desenvolvimento destas atividades económicas, nomeadamente, as indústrias, uma vez que se encontra na proximidade do principal centro consumidor de Portugal (Grande Lisboa) e é servido por excelentes infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias que lhes permitam estabelecer relações económicas como todo o país e também com os mercados externos;
- Existência na área de unidades industriais de dimensão expressiva quer em termos de volume de negócios, quer em termos de emprego, mas com necessidade de desenvolvimento das respetivas atividades económicas para garantir a sustentabilidade económica das unidades empresariais instaladas.
- Decréscimo significativo da taxa de atividade ao longo do último período intercensitário (2001-2011), situação que está relacionada com o aumento de população inativa, designadamente de reformados/pensionistas;
- A população desempregada na área da Salmoura em 2011 era constituída por 25 indivíduos, tendo aumentado face ao ano censitário anterior (5 indivíduos em 2001). A taxa de desemprego em 2011 situava-se nos 13,8%;
- A distribuição da população ativa por setores de atividade evidencia um predomínio do setor terciário na absorção da mão-de-obra residente na área de intervenção do Plano;
- Presença na área de um estabelecimento de ensino especial privado (Externato Rumo ao Bom Sucesso) com uma ampla oferta de valências educativas e equipamentos;
- Disponibilidade de espaço propiciador da pequena agricultura de subsistência;
- Falta de elementos referenciadores da identidade local;
- Fraca presença de elementos/ pontos de interesse que contribuam para a ligação ao sítio e à identidade cultural.

## 5.2. Principais Oportunidades e Riscos decorrentes da proposta de PP da Salmoura

As **principais oportunidades a longo prazo** que podem resultar do PP da Salmoura são, por FCD:

**FCD1 – Sistema Urbano e Territorial**

- Consolidação e qualificação do tecido urbano existente, particularmente o padrão dominantemente habitacional de baixa densidade;
- Contenção da edificação dispersa, com o estabelecimento de indicadores de ocupação e regras para implantação dos edifícios no interior das parcelas;
- Regularização das parcelas com ocupação urbana e sem autorizações de utilização emitidas;
- Consolidação e qualificação do sistema de acessibilidades, melhorando os níveis de serviço da rede viária e segurança dos utilizadores;
- Criação de estacionamento público e privado;
- Promoção de modos suaves (pedonal e ciclovia);
- Melhoria significativa das infraestruturas básicas, através da criação e requalificação das redes;
- Criação de espaços públicos estruturantes;
- Melhoria da qualidade de vida e da imagem urbana.

**FCD2 – Equilíbrio Ambiental e Riscos Naturais e Tecnológicos**

- Criação de uma estrutura verde, que integrará a estrutura ecológica municipal;
- Eliminação dos focos de contaminação ambiental (fossas sépticas) com a concretização da rede de drenagem de águas residuais domésticas, em áreas com elevada vulnerabilidade à contaminação;
- Interdição à nova construção ou ampliação das construções existente até à concretização das infraestruturas de drenagem de água residuais domésticas;
- Criação de recolha seletiva (6 ecopontos), proporcionando o aumento da valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos na área de intervenção e consequentemente diminuição da deposição em aterro;
- Implementação de baixos índices de impermeabilização do solo, permitindo contrariar o risco de afetação da qualidade do ar e do ruído, que o acréscimo de tráfego poderá gerar e simultaneamente garantindo a infiltração das águas pluviais, recarregando os aquíferos;
- Implementação de medidas de minimização do ruído, de modo a possibilitar uma melhoria do ambiente sonoro em zonas acusticamente problemáticas;

- Contribuição para a infiltração e recarga de aquíferos através de medidas de recolha e armazenamento de águas pluviais no interior das parcelas e utilização de materiais permeáveis nos pavimentos dos passeios;
- Medidas de promoção do uso eficiente da água e eficiência energética;
- Beneficiação da rede viária existente, quer em termos de pavimentação, quer em termos de organização do próprio espaço urbano, contribuindo para uma diminuição dos níveis sonoros;
- Promoção de modos de mobilidade suave, contribuindo para a redução de poluentes atmosféricos e sonoro e combate às alterações climáticas.

**FCD3 – Desenvolvimento Socioeconómico**

- Assegurar condições para a possibilidade de ampliação das unidades industriais existentes, com a criação de novos postos de trabalho e aumento da capacidade produtiva, podendo em alguns casos, ter como objetivo a exportação (REFRIGE);
- Criação de condições para a implantação de estabelecimento de restauração / bebidas e de pequeno comércio de proximidade;
- Garantir a melhoria dos serviços prestados e viabilizar a necessidade futura de novos equipamentos (públicos e privados);
- Aumentar a atratividade enquanto destino residencial (1ª e 2ª residência) e lazer;
- Dinamização social, através da melhoria das condições de vida, vivência e socialização, criação de espaços público e promoção de estilos de vida saudáveis;
- Valorização do património identificado (Capela de São Gonçalo), ligando-o ainda mais à comunidade local.

Os **principais riscos a longo prazo** que podem resultar do PP da Salmoura, para cada FCD são:

**FCD1 – Sistema Urbano e Territorial**

- Conflitos de usos devido à consolidação e concentração urbanas e à perda de espaços intersticiais;
- Aumento de tráfego rodoviário local (ligeiros e pesados);
- Eventual substituição dos sistemas autónomos existentes por adequadas fossas sépticas ou fossas estanques, a médio, longo prazo, em alternativa à ligação à rede de drenagem de águas residuais domésticas.

**FCD2 – Equilíbrio Ambiental e Riscos Naturais e Tecnológicos**

- Perda de solos com maior aptidão para a atividade agrícola;

- Aumento da impermeabilização do solo;
- Proliferação de espécies exóticas e infestantes;
- Sensibilidade da área de intervenção, que abrange AEPRA, sendo simultaneamente uma zona com elevada vulnerabilidade à contaminação de aquífero;
- Eventual substituição dos sistemas autónomos existentes por adequadas fossas sépticas ou fossas estanques, a médio, longo prazo, em alternativa à ligação à rede de drenagem de águas residuais domésticas;
- Falta medidas de sensibilização das populações para a prevenção, reutilização de materiais e separação de resíduos e entrega nos locais adequados;
- Ausência de diretrizes para a gestão adequada dos resíduos produzidos associado às propostas de ampliação das indústrias/equipamentos sociais;
- Défice de medidas de eficiência energética nas novas propostas do sector urbano, nas propostas de ampliação do sector industrial e equipamentos sociais;
- Acréscimo de tráfego rodoviário e, eventualmente, emissões sonoras diretas (no caso das indústrias), decorrente das propostas de requalificação do sistema urbano e da ampliação das unidades industriais.

**FCD3 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO**

- Eventual recrutamento de mão-de-obra barata e não qualificada, bem como não residente no local ou no concelho, não contribuindo desta forma para a sustentabilidade social.
- Sazonalidade turística;
- Aumento de alojamentos de uso sazonal (2ª residência) ou alojamentos vagos, face aos alojamentos de 1ª residência;
- Existência de barreiras administrativas (Capela de São Gonçalo pertence ao concelho de Palmela e o PP a Setúbal) na valorização das ligações culturais.

# 6. Medidas de Planeamento e Gestão

Apresentam-se seguidamente as diretrizes para o planeamento e gestão, para cada FCD, constituindo formas para potenciar as oportunidades identificadas e reduzir ou evitar alguns riscos potenciais inerentes ao modelo territorial proposto, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

**Quadro 3** – Diretrizes para seguimento para o FCD1 – Sistema Urbano e Territorial.

| **FCD1 – SISTEMA URBANO E TERRITORIAL** |
|---|
| **Diretrizes para o Planeamento e Gestão** |
| • **Consolidação do Sistema de Acessibilidade**<br>- Com a alteração da rede viária prevista, deverá ser realizada um ajustamento das carreiras, sendo, no entanto, fundamental manter os serviços de transporte público ao longo da Rua de S. Gonçalo;<br>- Deverá, também, ser equacionada a extensão dos serviços de Linhas Alimentadoras em autocarro da linha ferroviária da FERTAGUS à área de intervenção do Plano (nomeadamente, à REFRIGE), permitindo potenciar o aumento da procura de passageiros através de uma ligação intermodal ao transporte de massa ferroviário;<br>- Atualmente encontra-se em funcionamento uma Linha Alimentadora que liga a estação ferroviária de Coina a Vila Nogueira de Azeitão, sendo oportuno, com a ampliação da REFRIGE, estudar a viabilidade de extensão do serviço a esta empresa, regressando à EN10 através da Rua de S. Gonçalo. Em alternativa, deverá ser estudado a implementação de uma nova ligação direta à Estação de Penalva, permitindo servir a Estrada de Vila Amélia, a Quinta do Anjo, o Parque Industrial da AUTO-EUROPA, e outras empresas de relevo. |

**Quadro 4** – Diretrizes para seguimento para o FCD2 – Riscos Naturais e Tecnológicos.

| **FCD2 – EQUILÍBRIO AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS** |
|---|
| **Diretrizes para o Planeamento e Gestão** |
| • **Qualificação dos Espaços Públicos/Estrutura Ecológica e Valorização de Áreas Naturais**<br>- Promover a utilização de espécies vegetais autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas da região local e mais resistentes a pragas, doenças e a períodos longos de estio e chuvas intensas, em processo de arborização urbana/espaços públicos, contribuindo para minimizar os efeitos negativos das alterações climáticas.<br>- Evitar o uso de espécies exóticas/infestantes;<br>- Implementar pavimentos permeáveis, que garantam a infiltração das águas pluviais e recarga de aquíferos, nas *Áreas Verdes de Estadia e Lazer*;<br>- Selecionar um sistema de rega, que seja otimizado e eficiente em termos de redução do consumo de água para rega dos espaços verdes.<br><br>• **Qualidade Ambiental**<br>- Promover estratégias de uso eficiente da água nos espaços públicos (p.e. rega de espaços verdes).<br>- Promover a redução do consumo energético e das emissões de GEE associadas, nos setores industrial, doméstico, público e de serviços, quer pela adoção de tecnologias mais eficientes, alteração de comportamentos, ou medidas passivas de eficiência energética na construção de edifícios, incluindo através do desenho bioclimático;<br>- Fomentar a construção sustentável e eficiência energética nas novas edificações e infraestruturas (p.e. sistema LED na iluminação pública, utilização de energia solar fotovoltaica em semáforos), quer em áreas residenciais, comerciais, serviços, como em espaços públicos e espaços industriais (p.e. Certificado energético);<br>- Promover ações de formação dos trabalhadores e população local, com intuito de induzir mudanças nos comportamentos dos indivíduos, em casa e no trabalho e nas suas deslocações, a partir da adoção de boas práticas de eficiência energética e poupança do consumo de água;<br>- Assegurar a adequada implementação de infraestruturas de saneamento e reconversão urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI);<br>- Assegurar que o acolhimento de novas atividades económicas ou ampliação dos espaços industriais é suportada por sistemas de tratamentos de efluentes adequados e recolha e valorização de RSU capazes de assegurar a totalidade dos resíduos produzidos;<br>- Dar prioridade à instalação da rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivo tratamento na reconversão urbanística, com à desativação das fossas sépticas existente, face à opção temporária de ligação e funcionamento de adequadas fossas sépticas ou fossas estanques, no caso das construções existentes;<br>- Na substituição dos sistemas autónomos existentes, optar por fossas estanques (não permeáveis), minimizando o risco de contaminação das águas subterrâneas;<br>- Medidas que promovam a melhoria da gestão de resíduos produzidos, nomeadamente que contribuam para o aumento da valorização dos resíduos urbanos e prevenir a ocorrência de abandono, queima a céu aberto e outras formas ilícitas de gestão de resíduos;<br>- Medidas para encerrar e requalificar as situações de deposição ilegal de resíduos e outros passivos ambientais;<br>- Diretrizes de prevenção e gestão dos fluxos específicos de resíduos provenientes dos setores da indústria e outras atividades económicas e de prestação de serviços.<br>- Maior sensibilização das populações para prevenção, reutilização de materiais e separação de resíduos e entrega nos locais adequados (p.e. realização de campanhas por público alvo, como por exemplo industriais, comerciantes, prestadores de serviço).<br><br>• **Riscos Naturais e Tecnológicos**<br><u>Risco Sísmico</u>:<br>- Apresentar no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação as necessárias disposições de modo a |

| FCD2 – EQUILÍBRIO AMBIENTAL E RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS |
|---|
| **Diretrizes para o Planeamento e Gestão** |
| salvaguardar a segurança de pessoas, bens e ambiente, em termos do risco sísmico associado;<br>- Desenvolver as operações urbanísticas/ampliações industriais de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face às solicitações sísmicas e a facilitar a intervenção de socorro em situações de emergência, dado que toda a área de intervenção do Plano se encontra localizada numa zona classificada com perigosidade sísmica elevada;<br>- A construção de estruturas, nomeadamente de edifícios de habitação, redes subterrâneas de distribuição de gás, eletricidade e água em zonas constituídas por solos suscetíveis de amplificar o sinal sísmico ou à liquefação, deve ser restringida, ou seguir as metodologias construtivas necessárias para evitar o seu colapso;<br>- Nas operações de loteamento o desenho urbano deve ser realizado para que em caso de sismo, um edifício não comprometa outro, devendo a implantação das construções assegurar as necessárias distâncias de segurança;<br>- As infraestruturas devem ser projetadas de acordo com todas as normas de segurança e de modo a tentar evitar que o colapso de uma rede de infraestruturas comprometa outra;<br>- A intervenção nos arruamentos, nomeadamente os arranjos dos espaços públicos de circulação pedonal que envolvam a introdução de mobiliário urbano, deve ser realizada de forma a não impedir o acesso rápido das viaturas de socorro em caso de emergência. |

**Quadro 5** – Diretrizes para seguimento para o FCD3 – Desenvolvimento Socioeconómico.

| FCD3 – DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO |
|---|
| **Diretrizes para o Planeamento e Gestão** |
| • **Desenvolvimento das atividades económicas**<br>- Deverá ser dada preferência a mão-de-obra local/concelho de Setúbal e qualificada, de forma a contribuir para a dinamização da economia local e sustentabilidade social.<br><br>• **Preservação da identidade local**<br>- Propõe-se no decurso da execução dos melhoramentos na área do projeto, como colocação de passeios, execução de redes de água e saneamento, reformulação da rede elétrica, pavimentações, criação de áreas de recreio ou lazer, o acompanhamento das obras por um arqueólogo em todas as fases que envolvam revolvimento de solos (decapagem, desmatação, escavações e terraplanagens) e durante a instalação de estaleiros.<br>- Para a valorização do elemento patrimonial identificado como Capela de São Gonçalo, seria importante a colocação de sinalização dentro da área do Plano, de forma a conduzir os residentes para o usufruto do elemento patrimonial, constituindo um centro animador cultural da área do PP da Salmoura. Considera-se que a área em redor do elemento patrimonial deveria ser a área social por excelência, o que contribuiria fortemente para a valorização do elemento arquitetónico aqui descrito. No entanto, salienta-se que o elemento detetado se localiza no concelho de Palmela, enquanto o Plano se localiza no concelho de Setúbal. Importa assim romper as barreiras administrativas e valorizar as ligações culturais, dado que estas não são travadas por limites administrativos;<br>- Apostar no potencial de fruição cultural nos percursos pedonais e cicláveis em articulação com a estrutura ecológica e o património cultural. |

# 7. Indicadores de Monitorização

Os principais indicadores de monitorização propostos pela AAE são:

- População residente;
- Dinâmica de procura de habitação;
- Relevância da 2ª residência;
- Número de licenças de utilização dos edifícios emitidas;
- Dinâmica de construção nas categorias e subcategorias de uso do solo / Níveis de preenchimento;
- Concretização das intervenções previstas nas redes de acessibilidade e mobilidade;
- Oferta de estacionamento;
- Rede de percursos pedonais acessíveis e cicláveis concretizada;
- População servida por sistema público de abastecimento de água
- População servida por sistema de saneamento de águas residuais urbanas
- População servida por sistema de drenagem de águas pluviais
- População servida por sistema de gestão de resíduos urbanos
- Infraestruturas de recolha seletiva (ecopontos) implementadas
- Área verde prevista concretizada;
- Gestão do conflito acústico;
- Eficiência energética de edifícios;
- Uso do solo na bacia drenante (grau de impermeabilização);
- Degradação e contaminação dos solos e recursos hídricos;
- Desenvolvimento das atividades económicas existentes;
- Evolução das vendas;
- Criação de emprego local;
- Número de ações de formação e/ou qualificação da população;
- Cobertura de equipamentos coletivos.

# 8. Conclusão sobre o Desempenho Ambiental e Sustentabilidade da proposta de PP da Salmoura

A proposta de PP da Salmoura apresenta estratégias muito relevantes para a resolução de problemas urgentes identificados na área de intervenção, inserida no concelho de Setúbal. A forma como estas estratégias estão traduzidas nas propostas do Plano permite à AAE concluir que se reúnem as condições para a geração de grandes oportunidades no futuro próximo na área de intervenção.

Um dos graves problemas na área de intervenção do Plano, consequência da evolução urbanística desregulada, é a ocupação dispersa do território. Aqui o Plano de Pormenor avança com uma **estratégia para qualificação do solo**, onde as intervenções previstas constituem um importante contributo para a reestruturação e consolidação do padrão de ocupação dominantemente habitacional de baixa densidade, estabilizado há décadas na área de intervenção, inibindo a edificação dispersa, mas mantendo os espaços propiciadores de pequena agricultura de subsistência. Por outro lado, permitirá a **regularização das parcelas com ocupação urbana e sem autorizações de utilização emitidas**. Assim, destaca-se a integração das Áreas Urbanas de Génese Ilegal no sistema urbano, com a infraestruturação, o que permitirá uma redução das fontes de poluição e uma melhor gestão de carga física sobre o território. Da mesma forma, a criação de espaços públicos equipados, proporcionará dinâmicas sociais muito positivas.

Por outro lado, as intervenções previstas no Plano de Pormenor ao contribuírem para a qualificação urbana e ambiental da área de intervenção, poderão simultaneamente traduzir-se, à medida que o Plano for sendo executado, na sua **maior atratividade enquanto destino residencial (1ª e 2ª residência) e lazer**, dada a proximidade a Lisboa e localização geográfica privilegiada (proximidade às praias e Parque Natural da Arrábida).

De igual modo, a **estratégia da mobilidade**, com a consolidação e qualificação do sistema de acessibilidades e oferta de estacionamento ajustado às necessidades locais (cerca de 825 novos lugares associados ao estacionamento público), bem como a promoção de modos suaves de deslocação poderá, se bem conseguida, contrariar o risco de afetação da qualidade do ar e do ruído que o acréscimo de tráfego poderá gerar e simultaneamente contribuir para um melhor desempenho da rede viária e aumento da segurança dos utilizadores das vias. A estratégia de mobilidade poderá mesmo contribuir para a promoção de estilos de vida mais saudáveis na área de intervenção, na medida em que poderá reduzir o transporte individual e ao mesmo tempo fomentar uma mobilidade suave promotora de atividade física (estilos vida saudáveis).

A estratégia do Plano, em termos de **articulação e equilíbrio ambiental** passa pela valorização da paisagem urbana através da criação de uma estrutura verde, composta pelos espaços verdes, que totalizam cerca de 5,46% da área total do Plano (compostos por espaços verdes de utilização coletiva, os espaços verdes de proteção e enquadramento e áreas verdes associadas às infraestruturas viárias), o qual integrará a estrutura ecológica municipal. A estrutura verde proposta, apesar de limitada face às caraterísticas atuais da paisagem existente no local e ao padrão de ocupação bastante consolidado procura garantir a preservação das áreas de uso privado por solos com boa aptidão agrícola, a criação de áreas verdes de estadia e lazer (áreas equipadas de uso público) e a criação de corredores verdes, através da arborização das vias.

A **estratégia de promover a qualidade ambiental e minimização das fontes de poluição e riscos naturais e tecnológicos**, faz com que as intervenções propostas no PP permitam eliminar os potenciais focos de contaminação ambiental, nomeadamente as fossas sépticas existentes em áreas com elevada vulnerabilidade à contaminação de aquíferos e simultaneamente assegura baixos índices de impermeabilização, o que a ser garantido, permitirá a infiltração das águas pluviais e recarga dos lençóis freáticos. As soluções propostas no Plano permitem também a introdução de recolha seletiva, nomeadamente ecopontos (atualmente inexistente no interior da área de intervenção) contribuindo para o aumento da valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos na área do Plano de Pormenor e consequentemente, a diminuição da deposição em aterro. Por outro lado, a introdução de modos suaves de mobilidade (pedonal e ciclovia) e as medidas de minimização de ruído propostas, nas situações identificadas como críticas, ocasionarão efeitos positivos na atenuação da eventual afetação da qualidade do ar e do ruído, decorrente do aumento de tráfego. Por outro lado, o Plano interdita a implementação na área de intervenção, de atividades industriais prejudiciais e incompatíveis com o uso habitacional, ou suscetíveis de colocar em perigo a segurança e saúde pública, armazenamento ou depósito de lixo, sucatas, combustíveis, materiais perigosos ou qualquer outro tipo de materiais, extração de inertes e explorações pecuárias ou agropecuárias, contribuindo desta forma, para minimizar o surgimento de focos de poluição e riscos.

As soluções adotadas e o modelo de ordenamento do PP constituem também um importante contributo para a **estratégia de dinamização económica e social** da área de intervenção do Plano, permitindo a ampliação das instalações industriais atualmente existentes e, assim, o aumento da sua capacidade produtiva e a ampliação dos equipamentos sociais privados atualmente existentes, criando as condições necessárias à manutenção e melhoria dos serviços prestados. Neste contexto é de destacar, em termos de volume de negócios e em termos de emprego, a REFRIGE – Sociedade Industrial de refrigerantes, SA/COCACOLA (só a esta unidade industrial, associam-se atualmente, cerca de 200 postos de trabalho); em termos de oferta de valências sociais e educativas nos equipamentos privados, traduzir-se-á também

no aumento da atratividade da área de intervenção do Plano, em termos de emprego ou do número de utentes, sendo nomeadamente espectável o aumento do número total de empregados na situação futura. Assim, o Plano cria condições para a qualificação da vivência urbana dos residentes e utilizadores ou trabalhadores da área de intervenção, contribuindo também para a valorização da identidade cultural local.

A AAE aponta uma série de diretrizes para assegurar maior eficácia na implementação do PP da Salmoura. O seguimento desta implementação através da AAE pode ajudar a garantir o cumprimento das estratégias e metas pretendidas para a área de intervenção do Plano, no sentido de assegurar uma trajetória de sustentabilidade.